

EIXO 1 – PROMOÇÃO DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Garantir a elaboração e implementação da Política e do Plano Decenal de Direitos Humanos de Criança e Adolescente nos âmbitos federal, estadual, distrital e municipal, contemplando:

- o respeito à diversidade de gênero, identidade de gênero, orientação sexual, cultural, étnico-racial, religiosa, geracional, territorial, regional, de nacionalidade, de opção política, bem como as especificidades das crianças e adolescentes com deficiência, das comunidades tradicionais, em acolhimento, em cumprimento e/ou egressos de medidas socioeducativas e em situação de rua;
- a integração das políticas sociais básicas e a intersetorialidade de ações.

PROPOSTAS APROVADAS– OBTIVERAM ENTRE 80 e 100% DOS VOTOS

Nº	IMPLEMENTAÇÃO	MOBILIZAÇÃO	MONITORAMENTO	APONTAMENTOS
02	Incluir e Fortalecer a relação escola/família no projeto político pedagógico da instituição de ensino, trabalhando os temas de cultura, drogas, bullying, sexualidade, orientação sexual, identidade de gênero, diversidade religiosa, questões sociológicas que geram riqueza e pobreza, violências, conflitos familiares, trabalho infantil, discriminação de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional e adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas e pessoas com deficiências, acesso seguro à internet, envolvendo a família e a comunidade escolar e a rede de proteção para lidar com essas situações do cotidiano. 100% dos votos.	Articular o Conselho Escolar, os Grêmios Estudantis, os trabalhadores de educação, as Associações de Pais e Mestres e a comunidade em geral.	Acompanhar as ações através dos Conselhos Escolares, Conselhos de Educação, Conselhos Tutelares, Conselhos de Direitos, Conselhos Setoriais e Grêmios estudantis.	Aprovada – obteve entre 80 e 100% dos votos
03	Garantir o acesso qualificado, permanência e interação social de crianças e adolescentes com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades – super dotação, na comunidade escolar, pública e privada, desde a educação básica a superior, respeitando sua especificidade, conforme a LDB 9394/96, universalizando o ensino de LIBRAS e atendimento educacional especializado.	Articular as Secretarias Estaduais, Distrital e Municipais de Educação, Conselhos Setoriais e de Direitos.	Acompanhar as ações através dos Conselhos Tutelares, Ministério Público e Conselho de Educação.	Aprovada – obteve entre 80 e 100% dos votos
04	Garantir a Educação integral de todas as crianças e adolescentes da Educação Básica em todas as suas modalidades, contemplando ensino como componentes curriculares nos temas: Direitos Humanos, Estatuto da Criança e do Adolescente, prevenção ao uso de substâncias psicoativas, diversidade sexual e ofertando atividades de saúde, esportes, cultura e lazer, com acesso à comunidade.	Criar grupo de trabalho envolvendo secretarias municipais e estaduais de educação e representantes de demais secretarias afins (cultura, esporte, lazer, meio ambiente e Assistência Social), coordenação das varas de infância e Juventude dos municípios e /ou Comarcas.	Acompanhar as ações pelos conselhos escolares e de educação, grêmios estudantis e comunidade e Ministério Público, Conselhos de Direitos e Conselhos Tutelares.	Aprovada – obteve entre 80 e 100% dos votos
05	Criar o Dia Nacional em defesa da promoção dos direitos da criança e do adolescente (1 de outubro).	Mobilizar o Sistema de Garantia de Direitos para articulação junto ao Legislativo.	-	Aprovada – obteve entre 80 e 100% dos votos
06	Propor legislação para implantar Programa de Atendimento	Mobilizar o Legislativo e Executivo, por	Monitorar por meio dos gestores e dos	Aprovada – obteve

	Psicopedagógico e social com equipe interprofissional na rede de ensino público, articulado à rede de serviços sócio assistenciais.	meio dos Conselhos setoriais, Conselhos de Direitos e Conselhos de Classe.	Conselhos Setoriais, Conselhos de Direitos e Conselhos de Classe e Ministério Público.	entre 80 e 100% dos votos
07	Efetivar a Lei nº 11.525/2007, que garante o estudo do Estatuto da Criança e do Adolescente no ensino fundamental e ampliar aos demais níveis de ensino.	Mobilizar e articular os Conselhos de Direitos, de Educação e os gestores da Educação, nas três esferas de governo.	Monitorar por meio dos Conselhos de Direitos, Ministério Público, Conselhos Tutelares, Conselhos de Educação, colegiados escolares e sociedade civil organizada.	Aprovada – obteve entre 80 e 100% dos votos
08	Aprimorar e/ou criar canais de escuta humanizada e ouvidoria de fácil acesso para crianças e adolescentes, com equipe multidisciplinar especializada encaminhando os casos de violação de direitos aos órgãos e equipamentos competentes garantindo o sigilo das informações.	Mobilizar a sociedade civil, entidades de classe e o poder público por meio dos Conselhos de Direitos.	Realizar monitoramento através do Ministério Público e Conselhos Tutelares.	Aprovada – obteve entre 80 e 100% dos votos
09	Implantar e implementar o programa Saúde na Escola (PSE).	Mobilizar as redes de saúde e educação, através de seus Conselhos respectivos e das entidades de classe.	Realizar avaliações periódicas a partir dos instrumentais do Sistema Único de Saúde, por meio das entidades de classe, Conselho de Educação e Saúde, Promotorias.	Aprovada – obteve entre 80 e 100% dos votos
10	Garantir o acesso e ampliar oferta de cursos profissionalizantes por meio de uma política específica que garanta a remuneração para adolescentes, assegurando a inclusão de adolescentes com deficiência. Contemplando parcerias com o Sistema “S” e organizações sem fins lucrativos, utilizando os recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT.	Mobilizar o “Sistema S” e organizações sem fins lucrativos por meio dos Fóruns de Aprendizagem, do Ministério Público do Trabalho.	Realizar o monitoramento por meio do Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério Público do Trabalho e secretarias afins.	Aprovada – obteve entre 80 e 100% dos votos %
11	Efetivar a Lei de aprendizagem (Lei nº 10.097/2000), ampliando o quantitativo mínimo de vagas previsto, incluindo o setor público.	Mobilizar o setor público e privado por meio dos Fóruns de Aprendizagem e do Ministério Público do Trabalho.	Realizar o monitoramento por meio do Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério Público do Trabalho e secretarias afins.	Aprovada – obteve entre 80 e 100% dos votos
12	Implantar e implementar ações de saneamento básico e de programas habitacionais.	Mobilizar os Ministérios e Secretarias respectivas por meio da sociedade civil organizada do segmento específico.	Realizar o monitoramento por meio do Ministério Público e Conselhos de Habitação e Meio Ambiente.	Aprovada – obteve entre 80 e 100% dos votos
13	Implantar e implementar ações para crianças e adolescentes nos planos estaduais, distrital e municipais de educação, cultura, esporte e lazer, com abrangência nas áreas urbana, rural e ribeirinha.	Mobilizar as Secretarias de Cultura e Esporte por meio dos Conselhos Setoriais e de Direitos.	Realizar o monitoramento por meio dos Conselhos Setoriais e de Direitos.	Aprovada – obteve entre 80 e 100% dos votos

14	Implementar o Plano de atenção integral à saúde de crianças, adolescentes e gestantes em situação de vulnerabilidade e risco para o uso de substâncias psicoativas, com ênfase na implementação de programas e ações de prevenção e redução de danos, bem como a reabilitação e acolhimento.	Mobilizar os Conselhos de Direitos, Conselho de Saúde e as entidades de classe.	Realizar o monitoramento por meio do Conselho de Saúde, do Conselho Tutelar, Conselhos de Direitos e entidades de classe e Ministério Público.	Aprovada – obteve entre 80 e 100% dos votos
15	Propor projeto de lei que garanta espaços de discussão e informações acerca da política sobre crianças e adolescentes nos meios de comunicação.	Mobilizar o Legislativo, Poder Executivo e a Sociedade Civil organizada, em especial as frentes parlamentares e os adolescentes.	Monitorar através dos Conselhos de Direitos e fóruns nas diversas esferas de governo. Acompanhar a aprovação do projeto de Lei, através de Audiências públicas com participação da Sociedade civil de forma permanente.	Aprovada – obteve entre 80 e 100% dos votos
16	Garantir a inclusão social e acessibilidade para crianças e adolescentes com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades – super dotação, implementando políticas públicas de estado com ações governamentais e não governamentais em apoio às entidades de atendimento.	Mobilizar gestores nas três esferas de governo	Monitorar por meio dos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente, Conselhos da Pessoa com Deficiência, Conselho Tutelar e Ministério Público.	Aprovada – obteve entre 80 e 100% dos votos
17	Criar e/ou Aumentar o número de leitos em UCI, UCI Canguru e UTI para o atendimento integral do recém-nascido em situação de risco. Com base nos índices de mortalidade infantil.	Mobilizar gestores da saúde nas três esferas de governo.	Monitorar por meio do Ministério da Saúde, Secretaria Estadual de Saúde, Conselhos Municipais de Saúde, Conselhos de Direitos, Conselhos Tutelares, Poder Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública.	Aprovada – obteve entre 80 e 100% dos votos
18	Criar equipe multidisciplinar itinerante, sob a coordenação dos órgãos responsáveis pela política de atendimento a crianças e adolescentes nas três esferas de governo em parceria com universidades e ONG's, visando à formação política de crianças e adolescentes protagonistas, para que sejam multiplicadores, viabilizando o acompanhamento dos projetos relacionados à realidade infanto-juvenil.	Mobilizar universidades, grêmios estudantis, ONG's e os órgãos responsáveis pela política de atendimento a Criança e ao Adolescente nas três esferas de Governo Secretarias de Educação, universidades, grêmios estudantis.	Monitorar universidades, grêmios estudantis, ONG's e os órgãos responsáveis pela política de atendimento a Criança e ao Adolescente nas três esferas de Governo Secretarias de Educação, universidades, grêmios estudantis.	Aprovada – obteve entre 80 e 100% dos votos
19	Implantar cursos de leitura crítica das mídias sociais com técnicas de educomunicação nas escolas e outros espaços para crianças e adolescentes, incentivando a publicização de informações referentes à infância e adolescência.	Mobilizar entidades de atendimento a adolescentes, grêmios estudantis e redes de comunicação.	Monitorar pelos Conselhos de Direitos e Cultura.	Aprovada – obteve entre 80 e 100% dos votos